

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Petrobras reduz preços do diesel e da gasolina nas refinarias hoje.....	2
Título: Trump quer acordos bilaterais com cláusula de rescisão rápida.....	3
Título: Apostas de petróleo a pasta de dentes	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Petrobras anuncia redução do preço da gasolina e do diesel	6
Título: Volume de energia livre contratada mais que dobra em 2016	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	7
Título: União vai refazer código de mineração	7
Título: Proposta não altera fiscalização de barragens	9
Título: Petrobras reduz preço da gasolina e do diesel nas refinarias	10
Título: União só consegue fechar carta de intenções com Rio	11
Título: Medidas previstas incluem 'pedalada legal'	12
Título: Empresário doou R\$ 12 mi a campanhas	12
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Petrobras reduz preço da gasolina	13
Título: Onça & vara curta	14
Título: RS decide quais bens dará como aval	14
VEÍCULO: Valor Econômico.....	15
Título: Estatal gaúcha de energia elétrica desperta interesse da CPFL.....	15
Título: Destaques	16
Título: Protecionismo no aço mundial ameaça usinas brasileiras	17
Título: Biocombustíveis - Trump gera receio em mercado de créditos	20

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Petrobras reduz preços do diesel e da gasolina nas refinarias hoje**

Se postos repassarem queda, economia será inferior a R\$ 0,10 por litro

A Petrobras anunciou ontem a redução de 1,4%, em média, nos preços da gasolina nas refinarias e a queda de 5,1% para o diesel. Os novos preços entram em vigor a partir de hoje. Foi a segunda vez, em menos de um mês, que a estatal alterou preços. No último dia 7, ela havia reajustado o diesel em 6,1%, mas não alterou a gasolina. De acordo com a estatal, se a redução nos preços em suas refinarias for integralmente repassada ao consumidor nos postos, o diesel pode cair 2,6% ou cerca de R\$ 0,08 por litro. Para a gasolina, o benefício seria ainda menor: 0,4% ou R\$ 0,02 por litro, em média. Desde que entrou em vigor a nova política de preços de combustíveis da companhia, em outubro, que acompanha a flutuação das cotações do petróleo no mercado internacional, a Petrobras já efetuou três reduções de preços (incluindo a anunciada ontem).

Os cortes feitos em outubro e novembro do ano passado, porém, não chegaram às bombas. A Petrobras ressaltou ontem que o mercado de combustíveis é livre, e, por isso, as mudanças de preços em suas refinarias podem ou não chegar ao valor final dos consumidores. Isso vai depender, segundo a estatal, de outros integrantes da cadeia de combustíveis, como distribuidoras e postos revendedores. Flávio Conde, analista da consultoria WhatsCall, destacou que, de um lado, o anúncio foi positivo porque mostra que a Petrobras continua buscando paridade de preços com as cotações no mercado internacional. — Tem que se comemorar, porque agora os preços nacionais acompanham o mercado para o bem e para o mal — disse.

O analista, contudo, criticou o fato de a Petrobras ter feito duas alterações em menos de 30 dias, o que afetaria a previsibilidade. Para Adriano Pires, especialista do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a decisão está em linha com a valorização do real frente ao dólar nas últimas semanas. — A redução de preços faz sentido na nova política dos combustíveis. Não fez sentido no início do mês não aumentar os preços da gasolina, que, naquele momento, estavam cerca de 5% abaixo do mercado externo — destacou.

DIFERENÇA DE 15,9% NOS PREÇOS

De acordo com o CBIE, com base em dados do dia 23, os preços da gasolina nas refinarias estavam 15,9% acima dos preços nos Estados Unidos. No caso do diesel, o valor era 31,8% superior ao internacional. A Petrobras explicou que a

decisão de reduzir os preços do dois produtos ocorreu em razão da valorização do real desde a última revisão para “ajustes na competitividade” da estatal no mercado interno, e pela redução dos preços dos derivados nos mercados internacionais, principalmente do diesel, “que registrou elevação de estoques em função de um inverno menos rigoroso que o inicialmente previsto no Hemisfério Norte”. Em nota, a Petrobras reafirma sua política de revisão de preços pelo menos uma vez a cada 30 dias, que entrou em vigor em outubro.

Opinião : OBJETIVO ATINGIDO

É AUSPICIOSO o fato de distribuidoras fazerem importações independentes, aproveitando o período em que a Petrobras mantém muito elevado o preço de combustíveis em suas refinarias. Este era um dos objetivos da quebra do monopólio estatal.

E COMO os planos de investimentos no setor, azeitados com corrupção, nos governos lulopetistas, não deram certo, como era previsto, o mercado de derivados continua a necessitar de importações.

SE FEITAS pelo setor privado, ajudam, pela concorrência, a tornar a Petrobras mais eficiente.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Trump quer acordos bilaterais com cláusula de rescisão rápida

Bovespa sobe 0,53% refletindo recorde da Bolsa de NY na véspera.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem que quer firmar um grande número de acordos comerciais bilaterais — uma postura oposta à de pactos multilaterais, como é o caso da Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês), recém-abandonada por seu governo. Ele disse ainda que esses acordos incluiriam cláusulas permitindo sua rescisão unilateral com um aviso de com apenas 30 dias de antecedência. — Acredite, nós vamos ter muitos acordos comerciais — garantiu Trump em uma reunião do Partido Republicano. — Se um país em particular não nos tratar de maneira justa, nós damos a eles uma rescisão de 30 dias, um aviso de rescisão.

No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou no seu maior patamar desde março de 2012, refletindo o recorde na Bolsa de Nova York na quarta- feira — o índice Dow Jones ultrapassou o patamar de 20 mil pontos pela primeira vez em seus 120 anos de existência. Os investidores estão otimistas

com as medidas adotadas por Trump em seus primeiros dias de governo, inclusive a liberação de dois polêmicos oleodutos. O Ibovespa, índice de referência do mercado acionário brasileiro, avançou ontem 0,53%, aos 66.190 pontos. A Bovespa, na quarta-feira, não funcionou devido ao feriado em São Paulo.

PETROBRAS CAI, APESAR DE ALTA DO ÓLEO

O dólar comercial, por sua vez, também acompanhou o exterior e fechou em alta frente ao real. A valorização foi de 0,41%, a R\$ 3,182. Na máxima do dia, o dólar chegou a R\$ 3,196. Na avaliação de Jefferson Luiz Rugik, analista da Correparti Corretora de Câmbio, essa alta é um movimento de ajuste: — Aqui a tendência de curto prazo ainda não mudou e continua sendo de queda, na esteira de novas captações externas de empresas no exterior e também de IPOs que devem acontecer no início de fevereiro. Durante o dia, os investidores estiveram mais propensos a assumir riscos, o que contribuiu para que a alta da Bolsa.

Na avaliação de André Rosenblit, diretor do Santander, isso ocorre porque há um excesso de liquidez no mercado internacional, e os gestores querem colocar uma parcela desses recursos em locais com maior potencial de ganho: — O Brasil é a “Bolsa” da vez na América Latina. Há uma série de reformas sendo encaminhadas, e outro ponto positivo é a queda dos juros. Tudo isso nos deixa otimistas com a Bovespa. A alta de ontem foi impulsionada pelo setor bancário, o de maior peso no Ibovespa. As preferenciais (PN, sem direito a voto) do Itaú Unibanco e do Bradesco, subiram, respectivamente, 1,35% e 2,24%.

No caso do Banco do Brasil, a alta foi de 6,31%, com a melhora de recomendação da instituição por parte do Credit Suisse. As ações PN da Petrobras fecharam em queda de 1,49%, cotadas a R\$ 15,80, e as ordinárias (ON, com voto) recuaram 1,91%, a R\$ 17,39, mesmo com a alta do petróleo no mercado internacional — o barril do Brent subiu 2,11%, a US\$ 56,24. Os papéis da Vale, que acumulam ganhos de mais de 30% no ano, também perderam força no fim do dia. Os PN recuaram 1,54% e os ONs, 1,55%. No exterior, o Dow Jones teve leve alta de 0,16% e fechou acima dos 20 mil pontos pelo segundo dia seguido. Já o S&P 500 ficou praticamente estável (-0,02%).

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Danielle Nogueira****Título: Apostas de petróleo a pasta de dentes**

Em meio às ruínas do império 'X', Eike ainda vende ideias para se reerguer. Empresas do grupo foram avaliadas em mais de R\$ 100 bi.

Um creme dental revolucionário capaz de regenerar o esmalte dos dentes e deixa-los mais brancos. É assim que Eike Batista apresenta o novo projeto com que, acredita, marcará seu retorno triunfal ao mundo dos negócios. Batizada de Elysium — como no filme de ficção científica americano —, a pasta vem sendo desenvolvida pela CWT, empresa de Eike sediada nos Estados Unidos, e seria produzida em uma fábrica em Minas Gerais.

Em apresentação a investidores feita há dois meses, a CWT diz em um dos 26 slides que há parceria com uma companhia líder em produtos de higiene pessoal, sem revelar qual é. As pessoas mais próximas, Eike já distribuiu amostras do creme dental e afirma que o produto está em análise na Anvisa. O órgão regulador nega. Essa não é a primeira promessa de Eike que parece ser feita ao vento.

Tampouco é a única ideia mirabolante que o empresário já teve para tentar se reerguer. Eike chegou a avaliar a possibilidade de lançar no mercado um genérico do Viagra e teria até cogitado investir em um projeto para clonar gado. Vender ideias é uma habilidade que Eike cultiva desde os anos 1980, com a mineradora canadense TVX, que acabou afundada em dívidas.

A história de sucesso relâmpago seguida de dívidas e descrédito se repetiu nas demais empresas reunidas sob a EBX, holding do grupo que, como suas subsidiárias, carrega a letra 'X', símbolo da multiplicação de riqueza. Em meados dos anos 2000, Eike apostou no setor de infraestrutura. Pela primeira vez, saía da sombra de sua ex-mulher, a modelo Luma de Oliveira, e do pai, Eliezer Batista.

Suas cinco principais empresas atuavam em óleo e gás (OGX), construção naval (OSX), logística (LLX), mineração (MMX) e energia (MPX). Juntas, elas chegaram a ser avaliadas em R\$ 113 bilhões, considerando o pico das ações, e alçaram o empresário ao topo do ranking de bilionários da revista "Forbes". Eike foi considerado o homem mais rico do Brasil e o 7º do mundo. Hoje, o valor de mercado das cinco empresas soma R\$ 6 bilhões e Eike só controla duas: a OSX e a MMX, ambas em recuperação judicial.

Menina dos olhos do empresário e origem da crise do grupo, a petrolífera, hoje OGPARG, está nas mãos de credores e também em recuperação judicial. Outros negócios, como o Hotel Glória e a Marina da Glória, também foram passados adiante. Eram ícones de uma época em que Eike se gabava de ser uma espécie de mecenas do Rio de Janeiro, apoiando projetos como UPPs e despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas.

O apoio reforçava laços com o ex-governador Sérgio Cabral, a quem Eike pagava propinas milionárias, como revelou a investigação da PF. As polêmicas e contradições de Eike se estendem a sua formação acadêmica. O empresário já admitiu publicamente — tanto em livro como em depoimento na CPI do BNDES — que não concluiu o curso de engenharia metalúrgica iniciado na Universidade de Aachen, na Alemanha.

Em documentos como manuais de assembleia e prospecto da abertura de capital da ex-OGX, o perfil oficial do empresário lhe confere o diploma universitário. Uma história mal contada que pode selar seu destino na prisão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras anuncia redução do preço da gasolina e do diesel

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (26) que vai reduzir o preço da gasolina e do diesel nas refinarias em 1,4% e em 5,1%, em média, respectivamente.

Os novos valores entram em vigor a partir desta sexta-feira (27), segundo a empresa.

Para o consumidor final, isso significa uma queda nos postos de 0,4% no preço da gasolina (ou R\$ 0,02 por litro) e de 2,6% (ou R\$ 0,08 por litro) no preço do diesel, de acordo com cálculos da companhia.

Pesaram na revisão a valorização do real, que obrigou a empresa a "ajustar sua competitividade" no mercado interno, e o inverno ameno no hemisfério norte, que resultou em uma demanda por aquecimento via derivados do diesel inferior à antecipada, segundo a Petrobras.

"Os novos preços continuam com uma margem positiva em relação à paridade internacional, conforme princípio da política anunciada, e estão alinhados com os objetivos do plano de negócios 2017/2021", disse, em nota.

É a segunda vez em menos de um mês que o preço dos combustíveis é reajustado. No dia 5, a empresa havia aumentado o valor do diesel nas refinarias em 6,1%, ou R\$ 0,12 por litro, em média.

As revisões constantes fazem parte da nova política de preços adotada pela Petrobras, que prevê uma reavaliação mensal do valor dos combustíveis com base nas cotações internacionais, no câmbio e nas vendas para o mercado interno.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Volume de energia livre contratada mais que dobra em 2016

As empresas de atacado e varejo mais que dobraram o volume de energia contratada no mercado livre, em que grandes consumidores escolhem geradores com quem fazem contratos diretos.

Em dezembro do ano passado, o comércio consumiu 612 MW, aponta a Abraceel (associação das comercializadoras de energia).

O setor se enquadra na condição de cliente especial, que tem consumo entre 500 kW e 3MW e só pode adquirir energia renovável. Entre os dez maiores desse segmento, seis são redes de varejo.

A oferta de energia desse tipo é o possível gargalo para que a expansão siga no ritmo atual, afirma Alexandre Lopes, diretor da Abraceel. A demanda, segundo ele, ainda tem espaço para crescer.

"Hoje há quase 4.000 clientes no mercado livre, mas ainda existe potencial para outros 8.000 consumidores".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e Irany Tereza

Título: União vai refazer código de mineração

Governo retirará projeto de marco regulatório enviado ao Congresso pela ex-presidente Dilma e fatiará as propostas para facilitar tramitação.

O governo deve retirar da Câmara, no início do período legislativo, o projeto de lei enviado em junho de 2013, ainda na gestão Dilma Rousseff, que previa um

novo marco regulatório para a atividade de mineração e nunca avançou. O Ministério de Minas e Energia está articulando com a Casa Civil o fatiamento da proposta em outras três, para facilitar a tramitação.

“A ideia do governo é retirar esse projeto do Congresso”, afirmou ao Broadcast, sistema de notícia em tempo real do Grupo Estado, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. Ele avalia que o projeto instituindo novos critérios para os royalties da mineração é o que caminhará com mais rapidez. “Já está mais ou menos pactuado com as empresas e não deixa de ser uma ajuda aos municípios e aos Estados, pois aumenta a arrecadação”, afirmou.

O ministro ressaltou o prejuízo que a demora na conclusão do marco regulatório tem acarretado ao setor. “É necessário ter uma definição. Pior do que ter um código bom ou ruim é não saber o que vai ter. É essa dúvida que mata a tomada de decisão para o investimento”.

Royalties. Sobre o minério de ferro, um dos principais itens da pauta brasileira de exportações, a alíquota dos royalties vai variar entre 2% e 4%. A ideia é criar uma tabela flexível, atrelada às oscilações internacionais da cotação da commodity. Quanto maior o preço, maior o royalty. Para todos os outros minérios, o percentual será fixo. Os royalties sobre potássio, de 3%, devem cair, uma vez que a maior parte do produto é importada; os do diamante, hoje em 0,2%, vão aumentar.

Pequenos produtores terão taxaço menor. Coelho Filho disse que não haverá alteração na divisão dos royalties – a União fica com 12%; os Estados produtores, com 23%, e os municípios produtores, com 65%. A expectativa é que a arrecadação com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) chegue a R\$ 4,5 bilhões. Em 2016, a arrecadação com royalties da mineração foi de R\$ 1,797 bilhão.

Para o ministro, a produção mineral no País caiu por causa da crise econômica e à redução do preço do minério de ferro, mas parte disso também está relacionada à paralisa da proposta enviada ao Congresso. A arrecadação em 2016 foi menor que as de 2012 e 2013, respectivamente R\$ 1,834 bilhão e R\$ 2,376 bilhões. “É possível ver isso pelo ritmo da atividade em países próximos, caso do Peru, que teve crescimento, enquanto nossos investimentos caíram.”

O governo também pretende retirar a proibição a empresas estrangeiras, que não podem atuar em regiões fronteiriças. “Temos 16 mil quilômetros de fronteira, é muito grande”, disse. “Acreditamos que rever isso abre uma possibilidade de investimentos muito grandes”. O segundo projeto a ser enviado ao Congresso deve tratar da criação da Agência Nacional da Mineração

(ANM), que ficará no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mudança já prevista na proposta anterior.

O terceiro projeto tratará dos demais temas que envolvem a mineração, como modelo e prazo de exploração das minas. O fatiamento é bem visto pelo ex-presidente da comissão que analisou a proposta na Câmara, deputado Gabriel Guimarães (PT-MG). Para ele, a divisão do projeto ajudará a dar celeridade em sua aprovação.

O atual relator do código, deputado Laudívio Carvalho (SD-MG), foi surpreendido e demonstrou desconforto com a proposta. Disse que seu parecer está pronto para ser votado em plenário desde o segundo semestre de 2016.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Proposta não altera fiscalização de barragens

A nova proposta do governo para o marco da mineração não deve trazer novidades em relação ao monitoramento e fiscalização de barragens. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que o governo já adotou medidas para reforçar a segurança no setor no ano passado. Após o acidente em Mariana (MG), em novembro de 2015, a vistoria, antes anual, passou a ser feita duas vezes por ano. Na avaliação de Coelho Filho, as medidas e precauções não devem inviabilizar o setor mineral.

“Antes, já havia um certo preconceito, como se mineração fosse uma atividade feia ou suja, e não tem nada disso. Evidentemente que uma tragédia como a da Samarco traz um peso ainda maior”, disse. “Ninguém quer fazer nada passando por cima do meio ambiente nem esconder o que aconteceu, mas o exemplo para isso não é matando a empresa ou a atividade.” O ministro disse ainda que as empresas envolvidas no rompimento da barragem de Mariana – Vale e BHP Billiton – também foram punidas.

“Podemos até entrar no mérito se (a recuperação da região) está ocorrendo na velocidade que deveria ser ou não, mas há comprometimento das empresas de recuperar o que foi feito”, afirmou. “Elas assumiram responsabilidades bastante consideráveis.” Ainda não está definido se as mudanças serão todas propostas pelo governo por meio de projeto de lei ou medida provisória. “Outras agências (reguladoras) foram criadas por MP. Talvez possamos usar também, mas ainda não há uma definição sobre isso”, disse o ministro. A atual legislação sobre mineração é de 1967.

O governo Dilma Rousseff enviou proposta ao Congresso em 2013. Na época, em meio à crise política, optou por um projeto de lei, para não afrontar deputados e senadores com mais uma MP. O projeto acabou nunca sendo apreciado pelos parlamentares. A principal diferença é que MP tem força de lei já na data da publicação, enquanto projetos de lei precisam ser aprovados pelo Congresso e sancionados pela Presidência da República para entrar em vigor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Sallowicz

Título: Petrobrás reduz preço da gasolina e do diesel nas refinarias

Na gasolina, redução média será de 1,4%, mas consumidor não deve sentir impacto; no diesel, queda média será de 5,1%

A Petrobrás reduziu o preço dos combustíveis após dois aumentos do diesel e um da gasolina. A companhia decidiu revisar a partir de hoje o preço da gasolina nas refinarias em 1,4%, em média, e, no caso do diesel, em 5,1%. Há, porém, dúvidas se, no caso da gasolina, o consumidor sentirá o impacto da queda. O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Gouveia, diz que a redução nas bombas depende de repasse pelas distribuidoras.

“No caso da gasolina, acredito que será difícil porque a queda não é significativa, mas para o diesel deve sim ter diminuição dos preços nos postos.” A estatal estimou que se o ajuste for integralmente repassado e não houver alteração nas demais parcelas que compõem o preço ao consumidor final, o diesel pode cair 2,6% ou R\$ 0,08 por litro, em média, e a gasolina, 0,4% ou R\$ 0,02 por litro. Na prática, porém, o que tem ocorrido desde quando a empresa anunciou a nova política de preços, em outubro do ano passado, é um rápido repasse para os consumidores apenas quando a estatal anuncia aumentos dos combustíveis.

A lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados. Com isso, as revisões da Petrobrás podem ou não se refletir no preço final para o consumidor. A empresa informou que o Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP) decidiu a revisão baseado no efeito da valorização do real desde a última revisão de preços, feita em 5 de janeiro. Na data, aumentou o preço do diesel em 6,1%, em média, mas não alterou o valor da gasolina. A empresa cita ainda ajustes na competitividade no mercado interno e a queda dos preços no mercado internacional.

A Petrobrás reafirmou a política de revisão de preços pelos menos uma vez a cada 30 dias, o que “lhe dá a flexibilidade necessária para lidar com variáveis com alta volatilidade”. Além disso, disse que “os novos preços continuam com uma margem positiva em relação à paridade internacional, conforme princípio da política anunciada, e estão alinhados com os objetivos do plano de negócios 2017/2021”. Os analistas Filipe Gouveia e Osmar Camilo do Bradesco BBI dizem que não esperavam outro movimento no preço em janeiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes e Carla Araújo

Título: União só consegue fechar carta de intenções com Rio

Como a ativação do plano - que prevê ajuste fiscal de R\$ 64 bi até 2019 depende de aprovação de nova lei, há risco de punição legal.

Com o risco de punição por afrontar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo federal assinou ontem apenas uma “carta de intenções” com o Estado do Rio de Janeiro para a aprovação de um plano de recuperação fiscal que envolve ajuste fiscal de R\$ 64,2 bilhões até 2019. O presidente Michel Temer desistiu de fazer um acordo de emergência sem a aprovação das medidas legais pelo Congresso e a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e optou por assinar um termo de compromisso.

Na hipótese mais otimista, o acordo só deverá ser implementado entre março e abril. Caberá ao governo fluminense buscar sozinho uma saída via Supremo Tribunal Federal (STF) para conseguir a imediata vigência do plano. Mesmo assim, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, deixou claro que, “do ponto de vista da União”, o acordo só será implementado com as leis aprovadas.(...)

A expectativa é de que a presidente do STF, Cármen Lúcia, leve a decisão sobre concessão de eventual liminar para o plenário. O Estado acredita que o Supremo poderá conceder liminar antecipando o acordo e o condicionando à aprovação, depois, de lei complementar pelo Congresso. O pleito do Rio incluirá o pedido de permissão de empréstimos bancários com garantia da União e contragarantias do Estado com base em receitas futuras de royalties de petróleo e da venda da Cedae, a companhia de saneamento e água.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Medidas previstas incluem 'pedalada legal'**

No dia em que a Polícia Federal deflagrou mais uma operação sobre o esquema de corrupção no governo fluminense, o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, se comprometeu com medidas de ajuste que custarão aos bolsos de servidores e de toda a população para cobrir o rombo nos cofres estaduais. As medidas envolvem um ajuste de R\$ 26 bilhões só em 2017. Nos três anos de vigência do acordo, o ajuste será de R\$ 64,2 bilhões.

O adiamento do pagamento de dívidas, uma espécie de “pedalada legal”, será uma das medidas adotadas pelo Rio para poupar recursos e buscar o reequilíbrio financeiro. Hoje, o governo estadual tem cerca de R\$ 10 bilhões em dívidas de anos anteriores, os chamados restos a pagar, e a parte desse saldo que seria quitada em 2017 será postergada para anos seguintes. A decisão de adiar dívidas faz parte de um conjunto de iniciativas que resultarão em economia R\$ 9 bilhões aos cofres fluminenses neste ano. O valor ainda inclui o PDV para os cerca de 2,6 mil servidores celetistas (sem a Cedae) e a extinção de secretarias e autarquias. (...)

Essa melhoria no fluxo da Previdência estadual trará R\$ 3,2 bilhões só neste ano. As receitas devem ter um incremento de R\$ 1,2 bilhão em 2017, com aumentos de ICMS já aprovados (R\$ 360 milhões), criação de um fundo de incentivos para que empresas beneficiadas contribuam com 10% do valor (R\$ 428 milhões) e uma negociação com a Petrobrás, não detalhada ontem, no valor de R\$ 400 milhões. A repactuação de dívidas, permitirá ao Estado deixar de pagar R\$ 6,2 bilhões entre principal e juros neste ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Isabela Bonfim****Título: Empresário doou R\$ 12 mi a campanhas**

Com a prisão determinada ontem, o empresário Eike Batista figura como um grande doador de campanhas eleitorais. Suas contribuições somam R\$ 12,6 milhões e foram distribuídas para 13 diferentes partidos entre 2006 e 2012. A lista inclui candidatos a prefeito, deputado, senador e presidente. Em 2014 e em 2016 não foram identificados repasses eleitorais. As maiores doações irrigaram candidatos em Estados em que Eike possui negócios, como Rio, região petrolífera e sede de suas empresas, Minas e Mato Grosso do Sul, onde investe

na exploração de minério, e no Amapá, em que além de negócios de mineração, o empresário também possuía licença de operação de linhas ferroviárias. Em 2010, Eike doou R\$ 1 milhão para o comitê de campanha de Dilma Rousseff (PT) e a mesma quantia para o de José Serra (PSDB), além de R\$ 500 mil para Marina Silva, na época no PV. Em 2006, a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também recebeu R\$ 1 milhão em doações, enquanto R\$ 100 mil foram doados para Cristovam Buarque, que disputava a Presidência pelo PDT. Em depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano passado, o empresário afirmou que foi educado “com o conceito de comunidade”, fazendo doações “voluntárias” a diferentes partidos e candidatos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Azelma Rodrigues

Título: Petrobras reduz preço da gasolina

A Petrobras anunciou ontem a redução do preço dos combustíveis nas refinarias a partir de hoje. O valor do diesel vai cair 5,1%, em média, e o da gasolina, 1,4%. A decisão, segundo a estatal, reflete o efeito da valorização do real desde a última revisão feita em 5 de janeiro. Pela estimativa da petroleira, se o ajuste for integralmente repassado, o preço do diesel ao consumidor final pode cair 2,6% ou cerca de R\$ 0,08 por litro, em média, e o da gasolina, 0,4% ou R\$ 0,02 por litro.

Desde que a empresa anunciou, em outubro, uma nova política de definição do preço dos combustíveis nas refinarias, na qual reavalia os valores a cada 30 dias, considerando fatores como câmbio e preço do barril de petróleo, essa é a quarta correção. No mês do anúncio e no seguinte, ela reduziu o valor médio da gasolina e do diesel. Em dezembro, elevou e, no início de janeiro, manteve o valor cobrado pela gasolina e aumentou o do diesel.

Entre as justificativas da companhia para a redução de hoje estão “os ajustes na competitividade da empresa no mercado interno e a redução dos preços dos derivados nos mercados internacionais, especialmente do diesel, que registrou uma elevação de estoques em função de um inverno menos rigoroso que o inicialmente previsto no Hemisfério Norte”.

Flexibilidade

De acordo com a Petrobras, a política de revisão mensal de preços dá a flexibilidade necessária à empresa para lidar com variáveis com alta volatilidade. Segundo a companhia, “os novos preços continuam com uma margem positiva

em relação à paridade internacional, conforme princípio da política anunciada, e estão alinhados com os objetivos do plano de negócios 2017/2021”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política / Colunas

Autor: Denise Rothenburg

Título: Onça & vara curta

A saída de Eike Batista do país, depois que seu mandato de prisão já havia sido expedido, pode ter efeito inverso do que ele esperava. A aposta de muitos é que a ousadia da fuga, para evitar a prisão, levará os investigadores a aprofundarem as pistas sobre todos os negócios de Eike. Um dos feixes de luz sobre as atividades do empresário promete tirar do breu a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Até aqui meio distante da Lava-Jato, a ANP chegou a afastar um funcionário, Pietro Mendes, há quatro anos, porque ele multou a OGX, de Eike, por irregularidades na segurança de uma de suas plataformas. À época, a alegação foi que Pietro Mendes não estava designado para a fiscalização daquela plataforma específica. A multa foi suspensa. Eike era o queridinho do governo na área do petróleo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política / Colunas

Autor:

Título: RS decide quais bens dará como aval

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, usou sua conta no Twitter para dizer que somente o governo do Rio Grande do Sul é que vai decidir sobre quais bens dará em garantia para aderir ao acordo que prevê um plano de recuperação fiscal ao estado. O acordo, que prevê a renegociação da dívida do RS e aval para empréstimos, é tema de negociação entre a União e o governo gaúcho. "O RS deverá decidir sobre quais bens dará em garantia para obter o aval do Governo Federal. Só ele", escreveu Padilha. Na terça-feira, após se reunir com o governador José Ivo Sartori (foto), do PMDB, o ministro havia dito que, se o Rio Grande do Sul não tiver um "ativo importante" para incluir no acordo de apoio ao Estado, dificilmente a situação financeira do governo gaúcho será resolvida. No mesmo dia, Sartori afirmou que o Banrisul, banco estatal que é o principal ativo do estado, "não necessariamente estará nas negociações". O governador disse que colocou "na mesa" a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Sulgás e a Companhia Riograndense de Mineração (CRM).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: ESPECIAL****Autor: Camila Maia, Renato Rostás e Fernando Torres****Título: Estatal gaúcha de energia elétrica desperta interesse da CPFL**

Um dos ativos que poderiam estar em jogo em eventual acordo entre a União e o governo do Rio Grande do Sul, estatal elétrica gaúcha CEEE, desde a reestruturação societária realizada em 2006, foi dividida entre uma empresa de geração e transmissão (CEEE-GT) e outra de distribuição de energia (CEEE-D). O governo do Estado tem 99,99% das ações da CEEE Participações que, por sua vez, possui 65,92% das ações de cada uma das duas empresas operacionais. A Eletrobras é a segunda maior sócia, com 32,59% nas duas subsidiárias.

Ambas têm capital aberto. As últimas cotações da BMF&Bovespa indicam valor de R\$ 285 milhões para a distribuidora e de R\$ 773 milhões para a geradora. Só 1,5% dos papéis das empresas estão em circulação, o que diminui muito o volume de negócios e torna o valor de bolsa pouco representativo como referência para avaliação das empresas.

A CEEE-D tem 34% de participação no mercado de distribuição do Rio Grande do Sul, com a concessão de 72 municípios, atendendo 1,6 milhão de clientes. Apesar da escala, a empresa apresenta prejuízos operacionais sucessivos desde 2010.

Uma forte candidata a ficar com a concessionária, caso seja vendida, é a CPFL Energia, que opera o restante do Rio Grande do Sul desde a aquisição da AES Sul (hoje chamada RGE Sul) em meados do ano passado.

Em diversas ocasiões, o presidente da CPFL, André Dorf, disse que a companhia tem interesse em participar da eventual privatização da CEEE, devido aos potenciais ganhos de sinergia. A RGE, que já era da CPFL, tem cerca de 35% do mercado de distribuição do Estado, enquanto a RGE Sul tem os outros 31%.

Já a CEEE-GT tem 6 mil quilômetros de linhas de transmissão no Estado e 1,2 mil megawatts (MW) de potência instalada, divididos entre duas hidrelétricas (Jacuí e Salto), que somam 909,9 MW, e participações em hidrelétricas e parques eólicos.

Depois de fechar no vermelho em 2013 e 2014, a empresa deve ter o segundo ano de lucro consecutivo em 2016, especialmente pela reavaliação da indenização que receberá do governo federal pelos bens não amortizados de transmissão existentes até maio de 2000, que gerou um ganho de R\$ 918 milhões que foi reconhecido no segundo trimestre.

Outra empresa considerada no potencial programa de privatizações seria a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), que extrai carvão energético no Estado. O Rio Grande do Sul possui a maior reserva do mineral no país. O potencial de exploração da CRM é de 3 bilhões de toneladas, com um posicionamento estratégico para fornecer às termelétricas locais. As minas da empresa são a céu aberto e ficam em Minas do Leão e Candiota.

A atratividade de mercado para o carvão é baixa no Brasil, porque depende muito da instalação das usinas de energia. No mesmo Estado, contudo, a Copelmi Mineração aparece como potencial interessada, dada as sinergias do negócio. Recentemente, as duas companhias disputaram um contrato de fornecimento à Tractebel.

O valor de compra é difícil de determinar, mas o potencial é baixo. No balanço de 2015, a CRM registrou lucro operacional de apenas R\$ 15,3 milhões, menos de metade do observado em 2014. Já o lucro líquido foi de R\$ 12,7 milhões, mas a última linha seria de prejuízo caso não houvesse reversão de R\$ 14,2 milhões em juros sobre capital próprio. O patrimônio líquido da estatal foi de R\$ 289,7 milhões.

No caso da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), as demonstrações financeiras apontam lucro operacional de R\$ 102 milhões em 2015 (mais recente balanço consolidado disponível), crescimento de 34,9%. O lucro líquido, subiu 28,5%, para R\$ 68,5 milhões. O patrimônio da empresa foi de R\$ 134,4 milhões no ano.

A estatal distribui gás canalizado com uma rede de 1.022 quilômetros, prestando serviços a 39 municípios e 32 mil residências. O governo gaúcho tem 51% do capital social. A Petrobras detém 49%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Geradoras adiam projetos

As geradoras de energia postergaram em um ano a entrada em vigor de 415,2 megawatts (MW) médios de garantia física em contratos, por meio da mais recente rodada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Nova, concluído ontem pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Esses contratos deveriam entrar em operação ao longo de 2017 e foram postergados para janeiro de 2018, ajudando a reduzir a

sobrecontratação das empresas. Segundo a CCEE, também houve uma redução de 146,8 MW médios resultante de cessões compulsórias. Ao longo de 2017, a CCEE deve realizar novas rodadas do MCSD de Energia Nova.

Combustível mais barato

A Petrobras reduziu os preços do diesel em 5,1% e os da gasolina em 1,4%, na média, nas refinarias. Os novos valores passaram a vigorar a partir de ontem. Este é o segundo reajuste aplicado pela companhia em menos de um mês. No último dia 5, a companhia decidiu elevar o preço do diesel nas refinarias em 6,1%, em média. Já o preço da gasolina foi mantido na ocasião. Desde o lançamento da política de preços dos combustíveis, em meados de outubro, a Petrobras já aplicou cinco reajustes. Nesses últimos quatro meses, o preço da gasolina acumula uma alta de 0,4% nas refinarias, enquanto o diesel acumula uma redução de 2,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Protecionismo no aço mundial ameaça usinas brasileiras

A concorrência global no setor do aço já está muito acirrada e o novo presidente americano Donald Trump pode levar o cenário ao limite. Com excesso de capacidade produtiva que beira 800 milhões de toneladas, uma série de barreiras comerciais criadas e empresas se acotovelando para conquistar novos mercados, o Brasil pode sofrer ainda mais nesse cenário, principalmente enquanto a demanda interna não se recupera.

A siderurgia é bastante representativa da onda de protecionismo que percorre o mundo. Em entrevista recente ao Valor, Rômelo de Souza, presidente da Usiminas, afirmou que o mundo parece ter invertido a trajetória das décadas passadas, indo da globalização para o protecionismo. "Os mercados estão se fechando e enxergamos uma espécie de guerra comercial do aço", afirmou o executivo.

Quem lidera as reclamações comerciais são os Estados Unidos, com a China como alvo máximo. Só sobre aço, são sete ações de antidumping e medidas compensatórias em análise no país, sendo duas contra os chineses, mostra dados do "Global Trade Alert" levantados pela Associação Latino-americana do Aço (Alacero). As medidas já implantadas somam 44 no total e 19 em relação à China.

A expectativa é que Trump endureça ainda mais a entrada de produtos estrangeiros. "Hoje o que vemos não é exatamente guerra comercial. Os países ainda seguem as regras", diz John Lichtenstein, diretor de recursos naturais da Accenture. "Parece improvável que vire guerra generalizada, mas Trump é capaz disso."

Ao redor do mundo são 93 processos para o setor em análise e 185 vigentes. "Não tem um país que não tenha feito antidumping com aço em todo o mundo", crava François Santos, sócio da consultoria A.T. Kearney no Brasil. "Mas essa medida não resolve o problema estrutural, porque é necessário competitividade natural para sobreviver. No longo prazo, o antidumping não protege os mercados".

As usinas nacionais exportaram 12,45 milhões de toneladas de aço durante o ano passado, 6,7% a menos do que em 2015. O valor conquistado com essas vendas, seja pelo menor valor agregado dos produtos ou por descontos concedidos para conseguir competir nesse ambiente, caiu ainda mais, um recuo de 13,8%, para US\$ 4,98 bilhões.

Mesmo assim, a importância de enviar seus produtos ao exterior é reforçada pela taxa de exportação frente ao total produzido. Em 2015, foi escoado 40,1% do volume fabricado, proporção que cresceu para 41,2% em 2016. Sem consumo no Brasil, e mesmo após o desligamento de altos-fornos, as siderúrgicas precisam de compradores estrangeiros para diminuir a ociosidade do setor, hoje próxima a 45%.

O problema é que está cada vez mais difícil para as siderúrgicas daqui vender em outros países. No caso do Brasil, os EUA já levantaram barreiras contra laminados a frio e a quente. A Europa também iniciou o registro de laminados a quente, para potencial antidumping retroativo.

A Usiminas, por exemplo, líder em planos, sofreu queda de 60% nas exportações de janeiro a setembro de 2016 - último balanço disponível -, frente a igual período de 2015. Os EUA, sempre um dos maiores na carteira de clientes, agora são destino de 15% dos volumes de venda ao exterior - um ano antes, atendiam por 27%.

"É natural para o Brasil conseguir exportar, seja pela eficiência das usinas ou pela infraestrutura para tal", comenta Lichtenstein, da Accenture, que é especialista em siderurgia. "EUA e Europa são os maiores [clientes] historicamente, mas, não podendo ser acessados, a exportação fica mais difícil. As empresas vão precisar de criatividade para encontrar e conquistar mercados."

Para Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, a competitividade das siderúrgicas nacionais poderia ser maior. A entidade calcula que só de resíduo tributário são 7% para o setor. Isso impede, diz, as usinas de concorrer de igual para igual e, por isso, pede ao menos alíquota maior do Reintegra, programa de compensação a exportadoras.

"Não temos mercado interno, então a exportação se torna a única alternativa e as empresas vendem lá fora como conseguem", explica Lopes. "Isso chega a ser considerado antidumping por alguns, mas estamos perdendo ou trabalhando na risca do custo de produção para não parar máquinas atualmente."

Rafael Rubio, diretor-geral da Alacero, vê oportunidades, apesar de mais escassas do que se encontrava nos mercados tradicionais - e também sem uma relação de longo prazo, como era com americanos e europeus. Ele opina que poderia ser interessante focar em áreas com maior crescimento previsto em cinco a dez anos.

"A própria América Latina é uma opção. Temos falado muito sobre integração comercial e agora seria uma boa hora", diz Rubio. "Outras regiões importantes seriam a África e até o Oriente Médio. São oportunidades, mas não caem do céu."

Há potencial, ainda, de que o Brasil receba os produtos que não passaram na barreira comercial de grandes mercados, como os EUA. "Até agora Trump não foi específico sobre a siderurgia, mas se houver mais fechamento, haverá grande desvio de comércio para outros países", aposta Rubio. "Isso vai ser um fator-chave para o setor na América Latina".

Santos, da A.T. Kearney, não acredita que o mercado brasileiro será alvo preferencial. "O Brasil não é mercado prioritário, o consumo é baixo frente a desenvolvidos", opina. "É um canal de escoamento adicional, claro, mas a sobreoferta é tão grande que eu vejo um alagamento total no mundo."

Um meio de aliviar o ambiente seria cuidar do excesso de capacidade. Lichtenstein, da Accenture, lamenta que quase nada tenha sido feito nesse sentido em 2016, mas lembra que a semente está plantada. "Estamos vendo mais esforços da China e do G-20 e a pressão política é grande".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas / Agronegócios****Autor:****Título: Biocombustíveis - Trump gera receio em mercado de créditos**

Os preços dos créditos de combustíveis renováveis (RINs), comercializados entre as refinarias nos EUA para garantir o cumprimento do mandato do governo, estão em queda diante do receio de que Donald Trump altere a política da Agência de Proteção Ambiental (EPA).

MME / ASCOM